

JULHO  
10 10 23



JUCESP PROTOCOLO  
2.634.677/23-6



**SPC GRAFENO INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA PARA O SISTEMA FINANCEIRO S.A.**

CNPJ 35.136.893/0001-81

NIRE 35.300.542.851

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2023**

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** realizada em 14 de julho de 2023, às 16h, na sede da **SPC Grafeno Infraestrutura e Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A.** ("Companhia"), localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n. 1.355, 1º Andar (parte), Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP 01452-919.
- 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** convocação dispensada em razão da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme autorizado pelo Art. 124, §4º, da Lei n. 6.404/76 ("Lei das S.A.").
- 3. MESA:** Presidente: Daniel Doll Lemos; e Secretário: André Luiz Pellizzaro.
- 4. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre **(i)** o aumento do capital social da Companhia; **(ii)** a consolidação do estatuto social da Companhia; e **(iii)** a eleição de novo membro do Conselho de Administração da Companhia, em substituição ao conselheiro Felipe Moreno Guimarães, que faleceu no dia 07 de junho de 2023.
- 5. DELIBERAÇÕES:** os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem reservas, aprovar:
  - (i)** o aumento do capital social da Companhia em R\$ 1.357.140,00 (um milhão, trezentos e cinquenta e sete mil, cento e quarenta reais), passando, assim, dos atuais R\$ 8.930.542,00 (oito milhões, novecentos e trinta mil, quinhentos e quarenta e dois reais), para R\$ 10.287.682,00 (dez milhões, duzentos e oitenta e sete mil, seiscentos e oitenta e dois reais), mediante a emissão de 1.357.140 (um milhão, trezentas e cinquenta e sete mil, cento e quarenta) novas ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal, ao preço de emissão



de R\$ 1,00 (um real) por ação, a serem integralizadas em moeda corrente nacional. As acionistas **Serviço Para o Comércio do Brasil S.A.** e **Grafeno Holding S.A.** subscrevem, cada uma, 678.570 (seiscentas e setenta e oito mil, quinhentas e setenta) das novas ações ordinárias nominativas, ora emitidas pela Companhia, conforme Boletins de Subscrição anexos à presente ata na forma do **Anexo I**. As ações ora subscritas serão totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da presente data.

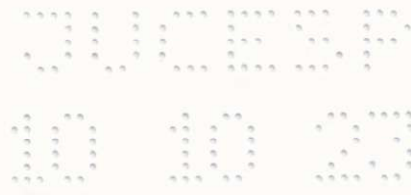
Tendo em vista o deliberado acima, é aprovada a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação:

**Artigo 5º.** O capital social da Companhia expresso em moeda corrente nacional é de R\$ 10.287.682,00 (dez milhões, duzentos e oitenta e sete mil, seiscentos e oitenta e dois reais), dividido em 5.287.682 (cinco milhões, duzentas e oitenta e sete mil, seiscentas e oitenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 1 (uma) ação preferencial, nominativa e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

**Parágrafo Primeiro.** Cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações de Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo.** As ações preferenciais terão as seguintes características e conferirão a seus titulares as seguintes vantagens e preferências:

- (i) ausência de direito a voto;
- (ii) prioridade no reembolso de capital em caso de redução de capital, liquidação e dissolução da Companhia, cujo valor mínimo a ser restituído será calculado de acordo com os termos e condições do Acordo de Acionistas da Companhia;



- (iii) prioridade no recebimento de dividendos, correspondentes a, no mínimo, 5% (cinco por cento) do lucro líquido consolidado da Companhia com relação a cada exercício fiscal, nos termos estabelecidos do Acordo de Acionistas da Companhia;
  - (iv) participação, em iguais condições às ações ordinárias, nos lucros remanescentes distribuídos pela Companhia;
  - (v) direito ao recebimento de dividendo mínimo cumulativo à conta das reservas de capital, na hipótese de insuficiência de lucros em determinado exercício fiscal; e
  - (vi) prioridade no recebimento de juros sobre o capital próprio eventualmente pagos pela Companhia, em consonância com a preferência assegurada na distribuição de dividendos.
- (ii) a consolidação do estatuto social da Companhia, que passa a vigorar com a redação disposta no **Anexo II** da presente ata;
- (iii) a eleição de novo membro do **Sr. Silvio Luiz Signori**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador de sistemas de informações, RG nº 11.243.299-2 SSP/SP, CPF nº 092.090.118-21, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n. 1.355, 1º Andar (parte), Jardim Paulistano, CEP 01452-919, para um mandato até 30 de abril de 2024. O membro do Conselho de Administração ora nomeado atende às condições de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei das S.A., e tomou posse de seu cargo em 27 de junho de 2023, conforme Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento arquivada na sede da Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 150 da Lei das S.A.



Em razão das deliberações aqui tomadas, fica ratificada a nova composição do Conselho de Administração da Companhia: Daniel Doll Lemos (Presidente do Conselho de Administração), Silvio Luiz Signori (Vice-Presidente do Conselho de Administração), André Luiz Pellizzaro e Marcelo Salles Barbosa.

**2. ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar, a ata** foi lavrada na forma de sumário, lida e aprovada por todos, conforme assinaturas no livro próprio. A presença das assinaturas dos acionistas foi dispensada para a publicação desta ata. Mesa: Daniel Doll Lemos Presidente; e André Luiz Pellizzaro - Secretário. Acionistas Presentes: Serviço Para o Comércio do Brasil S.A. (por Roque Pelizzaro Junior e Marcelo Salles Barbosa) e Grafeno Holding S.A. (por Rodrigo Nascimento Castro e Silvio Luiz Signori).

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Os signatários declaram que o presente documento é assinado por meio eletrônico, sendo consideradas válidas as referidas assinaturas eletrônicas feitas em plataforma digital, nos termos do art. 10, parágrafo 2º MP n. 2.200-2/2001. O registro único da assinatura de uma pessoa física que seja parte neste instrumento e/ou que seja representante de uma ou mais partes neste instrumento será considerado representação válida de todas as partes por ele representadas, para todos os fins de direito. Os signatários reconhecem, de forma irrevogável e irretroatável, a autenticidade, validade e a plena eficácia da assinatura por meio eletrônico, para todos os fins de direito, ficando convencionado que a data de assinatura será aquela da efetiva realização da presente Assembleia Geral Extraordinária, ainda que uma ou mais partes realizem a assinatura em data posterior.

São Paulo/SP, 14 de julho de 2023.

Mesa:





10 10 20

## BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

Nº 02

### CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

Emissão de 1.357.140 (um milhão, trezentas e cinquenta e sete mil, cento e quarenta) novas ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal, no montante total de R\$ 1.357.140,00 (um milhão, trezentas e cinquenta e sete mil, cento e quarenta reais), conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária da **SPC Grafeno Infraestrutura e Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 35.136.893/0001-81, realizada em 14 de julho de 2023.

### QUALIFICAÇÃO DA SUBSCRITORA

Nome / Razão Social: <b>Grafeno Holding S.A.</b>		CNPJ/MF nº <b>34.338.179/0001-03</b>		
Endereço: <b>Avenida Brigadeiro Faria Lima</b>		Nº <b>1.355, 1º andar (parte)</b>		
Bairro: <b>Jardim Paulistano</b>	CEP <b>01.452-919</b>	Cidade: <b>São Paulo</b>	U.F.: <b>SP</b>	País: <b>Brasil</b>

### AÇÕES SUBSCRITAS

ESPÉCIE	QUANTIDADE	VALOR TOTAL EM R\$
Ordinárias	678.570	R\$ 678.570,00

### FORMA DE PAGAMENTO

Integralização no valor de R\$ 678.570,00 (seiscentos e setenta e oito mil, quinhentos e setenta reais) em moeda corrente nacional, em até 30 (trinta) dias, contados dessa data.

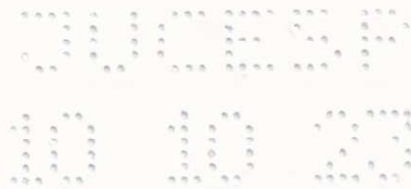
Declaro, para todos os fins, que estou de acordo com as condições expressas no presente boletim, sem qualquer ressalva.

São Paulo/SP, 14 de julho de 2023.

**DANIEL DOLL LEMOS**  
Presidente

**ANDRÉ LUIZ PELLIZZARO**  
Secretário

**GRAFENO HOLDING S.A.**  
por Rodrigo Nascimento Castro e Silvio Luiz Signori



## **ANEXO II**

### **ESTATUTO SOCIAL SPC GRAFENO INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA PARA O SISTEMA FINANCEIRO S.A.**

#### ***CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO***

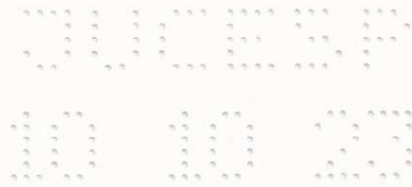
**Artigo 1º.** A SPC Grafeno Infraestrutura e Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações que se rege por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º.** A Companhia tem sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 1º andar (parte), Jardim Paulistano, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 01452-919, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da Diretoria.

**Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social as seguintes atividades:

- (i) administração de plataforma eletrônica ("Plataforma SPC Grafeno") com a finalidade de exercer atividade de registro de títulos, ativos, direitos creditórios e instrumentos financeiros, incluindo todos e quaisquer títulos, ativos, direitos creditórios e instrumentos financeiros considerados elegíveis pelo Conselho de Administração ou, ainda, por determinação das autoridades brasileiras competentes ("Ativos Financeiros"), bem como atividades de registro de operações envolvendo tais Ativos Financeiros, incluindo o registro de ônus e gravames sobre referidos Ativos Financeiros;
- (ii) criação e desenvolvimento de sistemas informatizados (softwares);
- (iii) processamento de dados e gerenciamento de softwares;



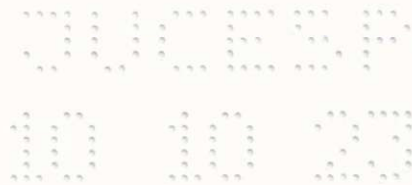


**Parágrafo Segundo.** As ações preferenciais terão as seguintes características e conferirão a seus titulares as seguintes vantagens e preferências:

- (i) ausência de direito a voto;
- (ii) prioridade no reembolso de capital em caso de redução de capital, liquidação e dissolução da Companhia, cujo valor mínimo a ser restituído será calculado de acordo com os termos e condições do Acordo de Acionistas da Companhia;
- (iii) prioridade no recebimento de dividendos, correspondentes a, no mínimo, 5% (cinco por cento) do lucro líquido consolidado da Companhia com relação a cada exercício fiscal, nos termos estabelecidos do Acordo de Acionistas da Companhia;
- (iv) participação, em iguais condições às ações ordinárias, nos lucros remanescentes distribuídos pela Companhia;
- (v) direito ao recebimento de dividendo mínimo cumulativo à conta das reservas de capital, na hipótese de insuficiência de lucros em determinado exercício fiscal; e
- (vi) prioridade no recebimento de juros sobre o capital próprio eventualmente pagos pela Companhia, em consonância com a preferência assegurada na distribuição de dividendos.

**Artigo 6º.** As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da lei, no prazo que for fixado pela assembleia que deliberar sobre o aumento de capital.

**Artigo 7º.** O capital social autorizado é de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais). Até o limite do capital autorizado, o capital poderá ser aumentado por decisão do Conselho de Administração e, acima desse limite, por deliberação da Assembleia Geral. O Conselho de Administração estabelecerá as condições de emissão de ações da Companhia, inclusive preço e prazo de integralização, até o limite do capital autorizado.



### **CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL**

**Artigo 8º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, na sede social, nos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

**Parágrafo Primeiro.** As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, por decisão deste ou a pedido de qualquer Conselheiro, ou de acordo com as demais disposições legais aplicáveis, com no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados na referida assembleia, nos termos da legislação aplicável.

**Parágrafo Segundo.** Os trabalhos da Assembleia Geral devem ser dirigidos por mesa composta de presidente e secretário. O presidente da mesa será o Presidente do Conselho de Administração ou outro conselheiro por ele indicado ou, na falta de indicação, pelo conselheiro escolhido pela maioria de votos da Assembleia. O secretário da mesa deverá ser indicado pelo presidente da Assembleia Geral.

**Parágrafo Terceiro.** As Assembleias Gerais de Acionistas somente se instalarão, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, pelo menos, o número de votos exigidos para aprovação válida da deliberação da Assembleia, e, em segunda convocação, com qualquer número de presentes.

**Parágrafo Quarto.** Independentemente das formalidades legais de convocação para Assembleias Gerais de Acionistas, será considerada regularmente convocada a Assembleia Geral de Acionistas à qual comparecerem todos os acionistas da Companhia.

**Parágrafo Quinto.** Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais da Companhia por procurador devidamente constituído, que seja Acionista ou representante da Acionista, administrador da Companhia ou advogado.



**Artigo 9º.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses previstas em lei e neste Estatuto Social, serão tomadas pelos votos de acionistas que representem a maioria do capital social da companhia, não se computando os votos em branco.

**Parágrafo Primeiro.** Além das matérias estabelecidas em lei, serão de competência da Assembleia Geral:

- (i) alteração dos direitos das ações de emissão da Companhia e criação de nova classe ou espécie de ações;
- (ii) emissão de ações e valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia;
- (iii) redução do capital social da Companhia ou resgate de ações de emissão da Companhia;
- (iv) aprovação do valor anual global e máximo da remuneração dos administradores da Companhia, e dos membros dos comitês que auxiliem os órgãos da administração da Companhia;
- (v) aquisição de ações de sua própria emissão para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor;
- (vi) aprovação da conferência de bens e aumento do capital social, bem como a aprovação da avaliação de tais bens;
- (vii) distribuição ou retenção de lucros, dividendos ou juros sobre capital próprio;
- (viii) cisão, incorporação, dissolução, liquidação e/ou cessação do estado de liquidação da Companhia ou de



suas ações, incorporação de sociedade ou de ações de outra sociedade pela Companhia, transformação ou qualquer reorganização societária envolvendo a Companhia; e

- (ix) autorização para confissão de insolvência ou pedido de reorganização geral de dívida junto a credores, pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou deliberação sobre a dissolução, liquidação ou extinção da Companhia.

#### **CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 10.** A administração da Companhia caberá ao Conselho de Administração e à Diretoria, com os poderes conferidos pela lei aplicável e por este Estatuto Social.

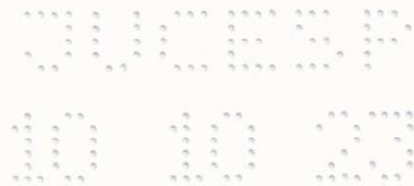
**Parágrafo Primeiro.** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo de posse nos livros de Atas das Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria, respectivamente.

**Parágrafo Segundo.** Conforme previsto abaixo neste Estatuto Social, o Conselho de Administração poderá formar outros comitês para auxiliar na administração das atividades da Companhia.

#### **CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 11.** O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 4 (quatro), e, no máximo, 5 (cinco) membros, sendo possibilitado aos acionistas, caso assim desejado, a eleição também de suplentes aos respectivos conselheiros, todos eleitos pela Assembleia Geral, e todos com mandato unificado de 2 (dois) anos, salvo destituição, podendo ser reeleitos.

**Parágrafo Primeiro.** O quinto membro do Conselho de Administração deverá ser necessariamente independente em relação aos acionistas, diretos e indiretos, e à Diretoria da Companhia. Os acionistas deverão eleger tal membro do Conselho de Administração, por unanimidade, o qual deverá cumprir os seguintes requisitos mínimos: (I) não poderá ser



acionista da Companhia; (2) não poderá ter o exercício de seu voto em reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado ou de qualquer forma orientado por qualquer acionista ou terceiro; (3) não poderá ser cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau de (a) acionista, direto ou indireto, da Companhia ou (b) administrador da Companhia ou de qualquer acionista, direto ou indireto, da Companhia; e (iv) não poderá ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou Diretor da Companhia ou de qualquer acionista, direto ou indireto, da Companhia.

**Parágrafo Segundo.** O conselho de administração terá 1 (um) Conselheiro Presidente e 1 (um) Conselheiro Vice-Presidente, sendo que os demais membros serão designados como Conselheiros sem designação específica.

**Parágrafo Terceiro.** Os membros do Conselho de Administração devem ter reputação ilibada, não podendo ser eleito como membro do Conselho de Administração, salvo dispensa expressa dos acionistas que representarem a maioria do capital social, aquele que possuir ou representar interesse conflitante com a Companhia.

**Parágrafo Quarto.** No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, assumirá as funções deste o Vice-Presidente. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração, não havendo suplentes, as funções de ambos serão exercidas por outro Conselheiro escolhido de comum acordo dentre os Conselheiros remanescentes.

**Parágrafo Quinto.** Os membros do Conselho de administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração poderão ser destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, devendo permanecer em exercício nos respectivos cargos até a investidura de seus sucessores.

**Artigo 12.** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por qualquer membro do Conselho de Administração, mediante notificação por meio eletrônico, entregue com antecedência mínima de 8 (oito) dias, em primeira convocação, e de 5 (cinco)



dias, em segunda convocação, a qual poderá ser dispensada em caso de comparecimento de todos os Conselheiros.

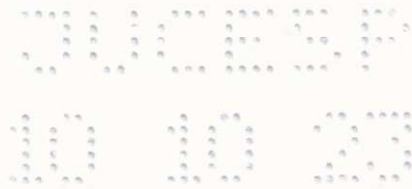
**Parágrafo Primeiro.** As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros em exercício.

**Parágrafo Segundo.** Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros por si ou que tenham nomeado outro membro do Conselho de Administração para votar em seu nome, na forma do Parágrafo Quarto deste Artigo.

**Parágrafo Terceiro.** As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, as reuniões serão presididas por qualquer Conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração, cabendo ao presidente da reunião designar o secretário.

**Artigo 13.** No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração durante o prazo de gestão para o qual foi eleito, o Conselheiro ausente ou temporariamente impedido poderá nomear outro membro do Conselho de Administração, para que este vote em seu nome nas reuniões do Conselho de Administração.

**Artigo 14.** O Conselho de Administração reunir-se-á pelo menos uma vez a cada período de 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, preferencialmente na sede da Companhia, podendo ser em outro local desde que acordado previamente por todos os seus membros, sendo permitida ainda a participação por vídeo conferência ou conferência telefônica, nos termos do Artigo 15. Cada membro do Conselho de Administração terá o direito de convocar uma reunião, em primeira convocação, mediante notificação escrita, ou por qualquer outro meio, inclusive eletrônico, entregue com antecedência mínima de 8 (oito) dias, em primeira convocação, e de 5 (cinco) dias, em segunda convocação, a qual poderá ser dispensada em caso de comparecimento de todos os Conselheiros. As



notificações deverão informar a hora, data, local e ordem do dia da reunião, anexando cópias dos documentos ou propostas a serem apreciados ou discutidos.

**Artigo 15.** Será considerado presente às reuniões do Conselho de Administração, o Conselheiro que: (a) nomear qualquer outro conselheiro como seu procurador para votar em tal reunião, desde que a respectiva procuração seja entregue ao Presidente do Conselho de Administração ou ao Presidente da reunião antes da sua instalação; (b) enviar seu voto por escrito ao Presidente do Conselho de Administração ou ao Presidente da reunião antes da sua instalação, e-mail, carta registrada ou carta entregue em mãos; ou (c) participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de videoconferência ou conferência telefônica, desde que todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a reunião será considerada realizada no local onde estiver o Presidente do Conselho de Administração.

**Parágrafo Primeiro.** No caso de reunião realizada por meio de videoconferência ou conferência telefônica do Conselho de Administração, o membro do Conselho de Administração que participou remotamente da reunião deverá confirmar seu voto, por meio de carta ou e-mail entregue ao Presidente do Conselho de Administração, imediatamente após a reunião.

**Parágrafo Segundo.** Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

**Artigo 16.** O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente, pelo voto da maioria absoluta dos seus membros:

- (i) eleger e destituir a Diretoria, bem como fixar-lhe as atribuições;
- (ii) convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em Lei ou quando julgar conveniente;



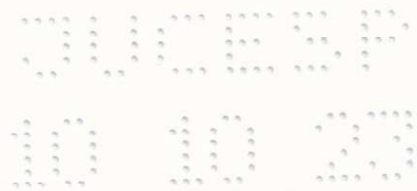
- (xi) aprovação da contratação de quaisquer empréstimos ou financiamentos pela Companhia, no valor igual ou superior, de forma isolada ou agregada (no mesmo exercício social), a R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), exceto se previsto no orçamento de capital da Companhia;
- (xii) aprovação da realização de despesas, em valor igual ou superior, de forma isolada ou agregada (no mesmo exercício social), a R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), exceto se previsto no orçamento de capital da Companhia ou no plano corporativo de continuidade de negócios;
- (xiii) realização de acordo em qualquer disputa, arbitragem ou outro processo relevante em valor superior a R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);
- (xiv) aprovação de prestação e concessão de garantias, inclusive penhor, endosso, fiança, carta de fiança, aval, nota promissória, *comfort letter*, letras de câmbio, entre outros, pela Companhia em favor de terceiros;
- (xv) aprovação da aquisição de bens, direitos e outros ativos envolvendo valor, de forma isolada ou agregada (no mesmo exercício social), igual ou superior a R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), exceto se previsto no orçamento de capital da Companhia;
- (xvi) aprovação da alienação, transferência, oneração ou qualquer outra forma de disposição, a qualquer título, de ativos imobilizados ou intangíveis quando o valor da operação ultrapassar, de forma isolada ou agregada (no mesmo exercício social), R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), exceto se previsto no orçamento de capital da Companhia;
- (xvii) aprovação do orçamento de capital da Companhia;
- (xviii) aprovação de contratos que gerem obrigações para a Companhia cujo valor, de forma isolada ou agregada, seja igual ou superior a R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) (no mesmo exercício social), exceto se previsto no orçamento de capital da Companhia;

10/10/20

- (xix) aprovação de qualquer mudança substancial e materialmente relevante nas políticas contábeis da Companhia;
- (xx) deliberação sobre a remuneração individual dos administradores dentro do limite máximo anual estabelecido pela Assembleia Geral;
- (xxi) manifestar-se acerca das recomendações feitas pelo Comitê de Auditoria para contratação ou substituição de auditor independente e da auditoria interna;
- (xxii) aprovação da formação e regulamentação de Comitês do Conselho de Administração, incluindo o regimento interno do Comitê de Auditoria; e
- (xxiii) decisão sobre casos decorrentes da interposição de recurso na forma do regulamento da Plataforma SPC Grafeno ("Regulamento SPC Grafeno") e/ou outros documentos da Plataforma SPC Grafeno relativos à aplicação de penalidades no âmbito de processos sancionadores conduzidos na forma do Regulamento SPC Grafeno.

**Artigo 17.** Os seguintes atos somente serão realizados pela Companhia mediante a aprovação prévia em reunião do Conselho de Administração, pelo voto de, no mínimo, 04 (quatro) dos seus membros:

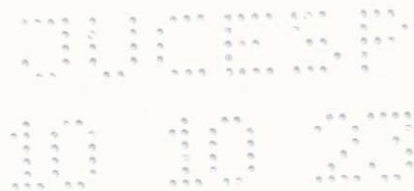
- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, bem como as diretrizes empresariais, jurídicas, políticas, corporativas e institucionais no desenvolvimento das atividades da Companhia;
- (ii) aprovação de celebração ou alteração de contratos entre a Companhia e partes relacionadas;
- (iii) participação em outras sociedades, fundos de investimento, consórcios ou empreendimentos, bem como qualquer forma de aquisição, compra, subscrição, desinvestimento, oneração, alienação ou liquidação de participações societárias;



- (iv) elaboração da proposta de declaração, distribuição e fixação das condições de pagamento de dividendos, incluindo dividendos intermediários e intercalares e/ou pagamentos de juros sobre capital próprio, para aprovação da Assembleia Geral;
- (v) deliberação sobre a emissão de novas ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização;
- (vi) aprovação do Regulamento SPC Grafeno, políticas, planos e manuais da Companhia, bem como quaisquer mudanças e atualizações com relação a tais documentos;
- (vii) aprovar os Ativos Financeiros que podem ser objeto de registro na Plataforma SPC Grafeno;
- (viii) propor à deliberação da Assembleia Geral a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício;
- (ix) manifestar-se sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sua alienação, observadas as disposições legais aplicáveis; e
- (x) declarar dividendos semestrais ou intermediários à conta de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários, ou à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, na forma prevista em Lei.

**Artigo 18.** O Conselho de Administração da Companhia poderá criar, a seu exclusivo critério, comitês para auxiliar na execução de suas atividades, mediante deliberação dos membros do Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA**



**Artigo 19.** O Comitê de Auditoria é subordinado ao Conselho de Administração e terá como propósito auxiliar referido órgão na execução de suas atividades especificamente no que toca as atividades de auditoria.

**Artigo 20.** O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros, todos residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração, em conformidade com a lei e regulação aplicável a este órgão.

**Parágrafo Primeiro.** O mandato dos membros do Comitê de Auditoria será unificado e de 2 (dois) anos, sendo permitidas sucessivas reeleições. Os membros do Comitê de Auditoria permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

**Parágrafo Segundo.** No caso de vacância de qualquer cargo de membro do Comitê de Auditoria, o Conselho de Administração nomeará substituto.

**Parágrafo Terceiro.** Os membros do Comitê de Auditoria poderão ser destituídos pelo Conselho de Administração a qualquer tempo, durante a vigência do seu mandato, nas hipóteses de conflito de interesse ou no descumprimento das obrigações inerentes ao seu cargo.

**Parágrafo Quarto.** Os membros do comitê deverão eleger um presidente do comitê entre si.

**Artigo 21.** São atribuições do Comitê de Auditoria:

- (i) estabelecer as regras operacionais em regimento interno para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos acionistas;
- (ii) recomendar, ao Conselho de Administração, a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente e de auditoria interna, bem como a substituição dos prestadores desses serviços, caso considere necessário;



- (iii) reportar as suas atividades diretamente ao Conselho de Administração;
- (iv) revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis anuais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
- (v) estabelecer critérios técnicos e procedimentos que deverão ser observados pela auditoria interna no desempenho de suas funções, bem como aprovar o planejamento anual de trabalho elaborado pela auditoria interna e eventuais atualizações;
- (vi) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos;
- (vii) avaliar o cumprimento, pela administração da Companhia, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos;
- (viii) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- (ix) recomendar, à Diretoria, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- (x) reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a Diretoria, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros;



**Artigo 24.** O Comitê de Pessoas e Remuneração será composto por 3 (três) membros, dos quais ao menos 1 (um) membro não administrador, indicados pelos acionistas e/ou administradores da Companhia dentre profissionais de notório conhecimento técnico e experiência em remuneração e gestão de pessoas.

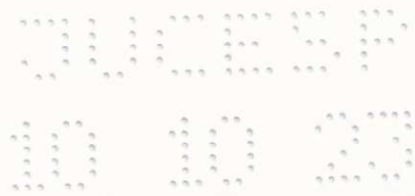
**Parágrafo Primeiro.** Na mesma reunião em que ocorrer a designação dos membros do Comitê de Pessoas e Remuneração, o Conselho de Administração nomeará o Presidente e Secretário. Na ausência o impedimento do Presidente, sua função será exercida pelo Secretário.

**Parágrafo Segundo.** O mandato dos membros do Comitê de Pessoas e Remuneração será unificado e de 2 (dois) anos, sendo permitidas reeleição por igual período. Os membros do Comitê de Pessoas e Remuneração permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

**Parágrafo Terceiro.** No caso de vacância de qualquer cargo de membro do Comitê de Pessoas e Remuneração, o Conselho de Administração nomeará substituto.

**Artigo 25.** São atribuições do Comitê de Pessoas e Remuneração:

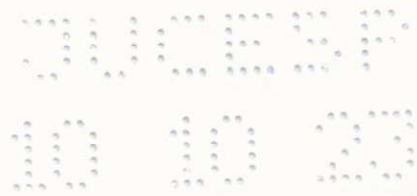
- (i) elaborar a Política de Remuneração de Administradores da Companhia, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento;
- (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da Política de Remuneração de Administradores da Companhia;
- (iii) reportar as suas atividades diretamente ao Conselho de Administração, apresentando um relatório anual contendo informações sobre as decisões tomadas e as políticas de remuneração implementadas, bem como os resultados alcançados;
- (iv) revisar anualmente a Política de Remuneração de Administradores da Companhia, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento;



- (v) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma do art. 152 da Lei n. 6.404, de 1976;
- (vi) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a Política de Remuneração de Administradores;
- (vii) analisar a Política de Remuneração de Administradores da Companhia em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários;
- (viii) zelar para que a Política de Remuneração de Administradores esteja permanentemente compatível com a Política de Gerenciamento de Riscos e Controles, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com o disposto nesta resolução; e
- (ix) aprovar políticas relacionadas aos demais colaboradores, incluindo (i) atração e retenção de talentos, (ii) remuneração, (iii) recrutamento e seleção, (iv) avaliação de desempenho, (v) desenvolvimento e (vi) sucessão de pessoas-chave.; e
- (x) outras atribuições determinadas pelo Banco Central do Brasil.

**Parágrafo Primeiro.** Compete ao Presidente do Comitê de Pessoas e Remuneração:

- (i) convocar e presidir as reuniões do Comitê de Pessoas e Remuneração;
- (ii) avaliar e definir os assuntos a serem discutidos nas reuniões;
- (iii) cumprir e fazer cumprir o Regimento do Comitê;
- (iv) autorizar a apreciação de matérias não incluídas na pauta de reunião;



- (v) convidar outros profissionais (internos ou externos) para contribuir com os debates;
- (vi) reportar as atividades e os trabalhos realizados pelo Comitê ao Conselho de Administração.

**Parágrafo Segundo.** Compete ao Secretário do Comitê de Pessoas e Remuneração:

- (i) emitir a convocação das reuniões;
- (ii) organizar, distribuir e pautar os assuntos e documentos submetidos ao Comitê;
- (iii) elaborar e manter a guarda das atas de reuniões; e
- (iv) acompanhar e reportar ao comitê o andamento das ações deliberadas.

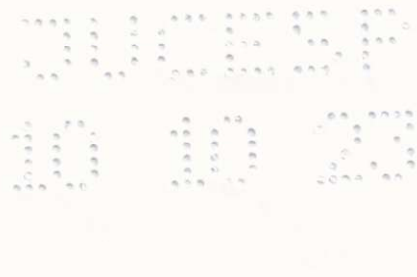
**Parágrafo Terceiro.** Os membros do Comitê de Pessoas e Remuneração deverão: (i) cumprir e fazer cumprir o regimento interno do Comitê de Pessoas e Remuneração; (ii) guardar sigilo das informações, conforme necessário; e (iii) prestar esclarecimentos ao Conselho de Administração sempre que solicitado.

**Parágrafo Quarto.** A função de integrante do Comitê de Pessoas e Remuneração é indelegável, sem prejuízo da contratação de pessoas que componham áreas internas da Companhia para auxiliar os trabalhos do Comitê de Pessoas e Remuneração.

**Artigo 26.** O Comitê de Pessoas e Remuneração funcionará de acordo com o quanto disposto em seu regimento interno, o qual disporá, entre outros assuntos, sobre as reuniões de referido Comitê de Pessoas e Remuneração, procedimentos para sua convocação, quórum, direito de voto e deveres dos membros.

## **CAPÍTULO VIII - DIRETORIA**

**Artigo 27.** A Diretoria será composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 6 (seis) membros, todos residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo



Conselho de Administração em reunião própria, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas sucessivas reeleições, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor de Operações, 1 (um) Diretor de Dados, 1 (um) Diretor de *Compliance* e 1 (um) Diretor de Tecnologia.

**Parágrafo Primeiro.** Não obstante o disposto acima, a primeira composição da Diretoria da Companhia terá mandato unificado de 1 (um) ano, estando as composições subsequentes da Diretoria sujeitas a mandato unificado de 2 (dois) anos, inclusive caso membros da primeira composição da Diretoria sejam reeleitos.

**Parágrafo Segundo.** Os Diretores ficam dispensados de prestar caução e suas remunerações serão fixadas pela Assembleia Geral que os eleger, salvo se decidido de forma diversa pelos acionistas representando a maioria absoluta dos votos.

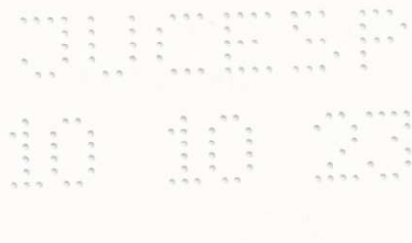
**Parágrafo Terceiro.** A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro próprio.

**Parágrafo Quarto.** Na ausência ou no impedimento temporário de qualquer dos Diretores, suas atribuições serão exercidas pelo Diretor indicado pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo Quinto.** Na ausência ou impedimento permanente de qualquer dos Diretores, seu substituto será nomeado em Reunião do Conselho de Administração a ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias após o evento que der causa a tal vacância, com o objetivo de eleger o novo Diretor, que completará o prazo do mandato em curso.

**Artigo 28.** A Diretoria deverá ser composta por pessoas que cumpram os requisitos previstos em lei e que possuam reputação ilibada e reconhecida capacidade profissional, que deverão decidir sobre os assuntos de sua competência de forma independente e em conformidade com os interesses da Companhia.

**Artigo 29.** Compete à Diretoria a administração e gestão dos negócios sociais e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou pelo presente Estatuto Social, exigida a aprovação prévia dos acionistas em Assembleia Geral ou do Conselho de Administração da Companhia.



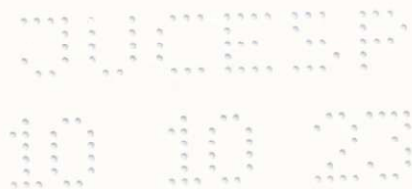
**Parágrafo Primeiro.** Para fins do disposto acima, os investimentos aprovados em conjunto pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Financeiro que, computados globalmente, não excederem o limite de 1,5 vez o valor do orçamento de capital da Companhia, estarão dispensados de aprovação prévia dos acionistas em Assembleia Geral ou do Conselho de Administração da Companhia.

**Parágrafo Segundo.** Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, competindo-lhe, dentre outras, as seguintes atribuições:

- (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (ii) administrar o dia a dia e os negócios da Companhia, incluindo a implementação das diretrizes e a execução das decisões tomadas em Assembleia Geral e nas Reuniões do Conselho de Administração;
- (iii) relacionamento com o mercado e interação com pessoas chave para o negócio da Companhia;
- (iv) administrar e supervisionar os negócios da Companhia em geral; e
- (v) emitir e aprovar regras internas que entenda necessárias.

**Parágrafo Terceiro.** Compete ao Diretor Financeiro, dentre outras, as seguintes atribuições:

- (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira, contábil, fiscal e tributária da Companhia;
- (ii) gerir as finanças da Companhia;
- (iii) elaborar e revisar as demonstrações financeiras da Companhia e demais informações financeiras cuja elaboração seja exigida pelo Banco Central;



- (iv) definir e planejar a estratégia de financiamento de curto e longo prazos da Companhia, e seus instrumentos e política de investimento dos recursos;
- (v) controlar o cumprimento dos compromissos financeiros no que se refere aos requisitos legais, administrativos, orçamentários, fiscais e contratuais das operações, interagindo com os departamentos da Companhia e com as partes envolvidas;
- (vi) elaborar relatórios de natureza financeira e prestar informações relativas à sua área de competência aos órgãos da Companhia;
- (vii) orientar a Companhia na tomada de decisões que envolvam riscos de natureza financeira;
- (viii) propor as metas para o desempenho e os resultados das diversas áreas da Companhia, o orçamento da Companhia e acompanhar seus resultados; e
- (ix) coordenar a avaliação e implementação de oportunidades de investimento e operações, incluindo financiamentos, sempre no interesse da Companhia.

**Parágrafo Quarto.** Compete ao Diretor de Operações, dentre outras, as seguintes atribuições:

- (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações da Plataforma SPC Grafeno e ao risco operacional decorrente da atividade da Plataforma SPC Grafeno; e
- (ii) zelar pelo cumprimento da regulamentação expedida pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central que venha a ser aplicável à Companhia, uma vez obtido o registro para funcionar como entidade registradora, em especial no tocante à disponibilidade do sistema e ao risco operacional, em conjunto com as demais áreas responsáveis, conforme o caso.



**Parágrafo Quinto.** Compete ao Diretor de Dados, dentre outras, as seguintes atribuições:

- (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas ao processo de utilização e de governança de dados da Plataforma SPC Grafeno, como armazenamento e salvaguardas a serem adotadas; e
- (ii) zelar pelo cumprimento da regulamentação expedida pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central que venha a ser aplicável à Companhia, uma vez obtido o registro para funcionar como entidade registradora, em especial no tocante a segurança cibernética, e à contratação de serviços de processamento, armazenamento de dados e de computação em nuvem, em conjunto com as demais áreas responsáveis, conforme o caso.

**Parágrafo Sexto.** Compete ao Diretor de *Compliance*, dentre outras, as seguintes atribuições:

- (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas aos procedimentos de auditoria, controles patrimoniais, controles internos e gerenciais da Companhia; e
- (ii) zelar pelo cumprimento da regulamentação expedida pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central que venha a ser aplicável à Companhia, uma vez obtido o registro para funcionar como entidade registradora, em especial no tocante aos procedimentos a serem adotados em relação aos controles internos e à prevenção e combate às atividades relacionadas a lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, em conjunto com as demais áreas responsáveis, conforme o caso.

**Parágrafo Sétimo.** Compete ao Diretor de Tecnologia, dentre outras, as seguintes atribuições:



- (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas ao desenvolvimento tecnológico da Plataforma SPC Grafeno; e
- (ii) zelar pelo cumprimento da regulamentação expedida pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central que venha a ser aplicável à Companhia, uma vez obtido o registro para funcionar como entidade registradora, em especial no tocante aos procedimentos relativos à continuidade de negócios e funcionamento de sistemas, em conjunto com as demais áreas responsáveis, conforme o caso.

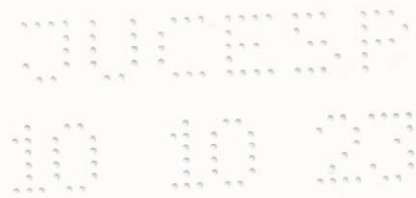
**Artigo 30.** A Diretoria reunir-se-á sempre que assim exigirem os negócios sociais, e somente se instalará com presença da maioria dos Diretores em exercício.

**Parágrafo Primeiro.** As reuniões de Diretoria serão convocadas por qualquer de seus membros mediante o envio de notificação por meio eletrônico com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis e suas deliberações serão tomadas pela maioria de seus membros, que poderão participar das reuniões da Diretoria por meio de videoconferência ou conferência telefônica, desde que todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a reunião será considerada realizada no local onde estiver o Diretor Presidente.

**Parágrafo Segundo.** No caso de reunião realizada por meio de videoconferência ou conferência telefônica do Conselho de Administração, o membro do Conselho de Administração que participou remotamente da reunião deverá confirmar seu voto, por meio de carta ou e-mail entregue ao Diretor Presidente, imediatamente após a reunião.

**Parágrafo Terceiro.** Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores presentes à reunião e transcrita no Livro de Registro de Atas das Reuniões da Diretoria da Companhia.

**Parágrafo Quarto.** Fica, desde já, expressamente previsto que serão decididos em reuniões de Diretoria casos relativos a processos sancionadores instaurados nos termos do Regulamento Grafeno, cuja decisão será determinada pela maioria de votos dos presentes em referida reunião, observado, ainda, que, neste caso, embora o Diretor de Operações possa participar de tal reunião, sua presença não é necessária para instalação e seu voto

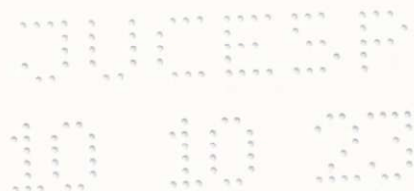


não será computado para fins da tomada de decisão e, em caso de empate entre os votos dos diretores, caberá ao Diretor Presidente o voto de qualidade.

**Artigo 31.** A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e repartições públicas federais, estaduais e municipais, bem como a assinatura de quaisquer documentos ou prática de atos em nome da Companhia, será realizada da seguinte forma:

- (i) pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Financeiro, em conjunto;
- (ii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador que tenha sido constituído mediante instrumento de procuração assinado, conjuntamente, pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Financeiro; ou
- (iii) perante instituições financeiras para abertura de conta corrente, bem como perante qualquer órgão público, federal, estadual, municipal, tais como, mas não se limitando, a Cartório de Notas, Registro de Imóveis, Justiça de Trabalho, Secretaria da Receita Federal do Brasil, Secretarias Municipais de Finanças, Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional do Seguro Social, Comissão de Valores Mobiliários, Banco Central e Juntas Comerciais, desde que estes não gerem a assunção de qualquer obrigação financeira ou de ordem pecuniária à Companhia, por 1 (um) Diretor ou por 1 (um) procurador que tenha sido constituído mediante instrumento de procuração assinado por 01 (um) Diretor.

**Artigo 32.** As procurações outorgadas pela Companhia deverão ser feitas por meio de instrumento firmado pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Financeiro, em conjunto, ou, nas hipóteses do item (iii) do Artigo 27 acima, por 1 (um) Diretor, especificando os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um prazo máximo de validade de 1 (um) ano. Na ausência de determinação do período de validade nas procurações outorgadas pela Companhia, presumir-se-á que as referidas procurações foram outorgadas pelo prazo de 1 (um) ano.



**Artigo 33.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor ou empregado que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos, ou quaisquer garantias em favor de terceiros, exceto se previamente aprovados pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos do presente Estatuto Social.

#### **CAPÍTULO IX - CONSELHO FISCAL**

**Artigo 34.** A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não.

**Parágrafo Primeiro.** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger.

**Parágrafo Terceiro.** A posse dos membros do Conselho Fiscal será feita mediante a assinatura de termo respectivo, em livro próprio, condicionada à subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal.

**Parágrafo Quarto.** Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelos respectivos suplentes. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

**Parágrafo Quinto.** Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantiver vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, estando vedada, entre outros, a eleição da pessoa que: (a) seja empregado, acionista ou membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de sociedade concorrente e suas controladas ou de Acionista Controlador de sociedade concorrente e suas controladas; e (b) seja cônjuge ou parente até 2º grau de membro de



WUOL  
10 10 23

- (ii) omitir-se no exercício ou proteção de direitos da Companhia e visando a obtenção de vantagens para si ou para terceiros, deixar de aproveitar oportunidade de negócio de interesse da Companhia;
- (iii) adquirir, para revender com lucro, bem ou direito que sabem necessário à Companhia, ou que esta tencione adquirir; e
- (iv) guardar sigilo sobre qualquer informação que ainda não tenha sido divulgada, obtida em razão do cargo ou função, sendo-lhes vedado valer-se da informação para obter vantagem, para si ou para terceiros.

#### **CAPÍTULO XI - EXERCÍCIO FISCAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS**

**Artigo 37.** O exercício fiscal inicia-se em 1º janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. Serão elaboradas semestralmente, com observância das regras contábeis estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, as demonstrações financeiras previstas em Lei, sendo a primeira em 30 de junho e a segunda no último dia do exercício social.

**Parágrafo Primeiro.** Por deliberação Conselho de Administração, a Companhia poderá levantar, além das demonstrações financeiras anuais previstas no caput deste artigo, balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos dos lucros verificados em tais balanços, respeitado o disposto no artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo Segundo.** Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto neste estatuto.

**Artigo 38.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

**Parágrafo Primeiro.** O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

WUOL  
10 10 20

- (i) 5% (cinco por cento) será aplicado, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o Parágrafo Primeiro do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observado o disposto no Parágrafo Segundo e Terceiro deste artigo;
- (iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Parágrafo Segundo deste artigo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;
- (vi) a Companhia poderá manter a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimentos", que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos; e
- (vii) o saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.



**Parágrafo Segundo.** Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo Terceiro.** O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da Lei.

**Artigo 39.** Por proposta do Conselho de Administração, aprovada pela Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto.

**Parágrafo Primeiro.** Em caso de crédito de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição deles ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

**Parágrafo Segundo.** O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o crédito no decorrer do exercício social, dar-se-á por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte.

**Artigo 40.** A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração:

- (i) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 06 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o



total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e

- (ii) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.

**Artigo 41.** A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

**Artigo 42.** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

#### ***CAPÍTULO XII - ACORDO DE ACIONISTAS***

**Artigo 43.** Os Acordos de Acionistas, se houver, serão registrados na sede da Companhia e deverão ser sempre observados pelos acionistas e pelos órgãos da Administração, sendo que a sua inobservância implica na nulidade das deliberações tomadas.

**Parágrafo Único.** As obrigações e responsabilidades decorrentes do Acordo de Acionistas serão válidas em relação a terceiros a partir do momento em que tais documentos forem registrados na sede da Companhia. Quaisquer atos, pactos ou contratos que versem sobre as ações da Companhia que não observarem as normas estipuladas no presente Estatuto Social serão nulos de pleno direito.

#### ***CAPÍTULO XIII - DISPOSIÇÕES GERAIS***

**Artigo 44.** O exercício social da Companhia coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Companhia preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas pela legislação aplicável.



**Artigo 45.** Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da administração, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas pela legislação aplicável.

**Artigo 46.** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá preparar balanços periódicos a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores.

**Artigo 47.** A Companhia será dissolvida ou entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quórum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração.

**Artigo 48.** Este Estatuto Social será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, sendo eleito o foro da Cidade de São Paulo/SP para dirimir quaisquer dúvidas relacionada ou oriunda da execução, aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76 e neste estatuto social.

**Parágrafo Primeiro.** Anteriormente a eventual judicialização, quaisquer controvérsias que resultem de, ou que se refiram a este Estatuto Social, deverão ser notificadas por uma Parte às outras Parte, sendo considerados "Partes" para fins deste artigo a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal. As Partes então, se comprometem a envidar seus melhores esforços para resolver tais controvérsias de forma amigável, por meio de negociações diretas e de boa-fé, dentro de 30 (trinta) dias consecutivos contados a partir da data em que a notificação sobre a controvérsia for recebida. Assim, se as Partes não tiverem alcançado uma solução amigável dentro do prazo acima mencionado, a controvérsia será submetida ao crivo do Poder Judiciário.

**SPC GRAFENO INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA PARA O SISTEMA FINANCEIRO S.A.**

## 2023.07.14 - AGE - SPC Grafeno.pdf

Documento número #f32e27e9-8a98-44d8-9448-b53178021bbf

Hash do documento original (SHA256): d8db327fe589f1561995df5cf52652c608da23763f75a655ca99bf393b28ef3c

Hash do PAdES (SHA256): 4e87e40694580fd8a66d8bf298af98331d9b7615d4ee6a4e28d51c471b7e9aa2

## Assinaturas

2 assinaturas digitais e 4 assinaturas eletrônicas



**André Luiz Pellizzaro**

CPF: 802.738.239-49

Assinou em 03 out 2023 às 15:09:01



**Daniel Doll Lemos**

CPF: 275.605.768-18

Assinou em 03 out 2023 às 13:45:47



**Rodrigo Nascimento Castro**

CPF: 079.545.507-02

Assinou como parte em 04 out 2023 às 11:07:39

Emitido por AC SERASA RFB v5- com Certificado Digital ICP-Brasil válido até 01 jan 2026



**Roque Pellizzaro Júnior**

CPF: 750.112.209-15

Assinou como parte em 27 set 2023 às 14:58:51

Emitido por AC CNDL RFB v3- com Certificado Digital ICP-Brasil válido até 05 jul 2027



**Silvio Luiz Signori**

CPF: 092.090.118-21

Assinou como parte em 04 out 2023 às 11:20:41



**Marcelo Salles Barbosa**

CPF: 826.568.947-00

Assinou como parte em 03 out 2023 às 17:21:35

## Log

- 19 set 2023, 17:01:29 Operador com email no-reply@grafeno.digital na Conta 5ebfae7f-c860-4e50-b4ab-c9826f3476d6 criou este documento número f32e27e9-8a98-44d8-9448-b53178021bbf. Data limite para assinatura do documento: 18 de dezembro de 2023 (17:01). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 19 set 2023, 17:23:33 Operador com email luan.dourado@grafeno.digital na Conta 5ebfae7f-c860-4e50-b4ab-c9826f3476d6 adicionou à Lista de Assinatura: daniel@singulare.com.br para assinar como representante legal, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Daniel Doll Lemos.
- 19 set 2023, 17:24:15 Operador com email luan.dourado@grafeno.digital na Conta 5ebfae7f-c860-4e50-b4ab-c9826f3476d6 adicionou à Lista de Assinatura: andre.luiz@alplaw.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo André Luiz Pellizzaro.
- 19 set 2023, 17:24:26 Operador com email luan.dourado@grafeno.digital na Conta 5ebfae7f-c860-4e50-b4ab-c9826f3476d6 removeu da Lista de Assinatura: daniel@singulare.com.br para assinar como representante legal.
- 19 set 2023, 17:25:00 Operador com email luan.dourado@grafeno.digital na Conta 5ebfae7f-c860-4e50-b4ab-c9826f3476d6 adicionou à Lista de Assinatura: daniel@singulare.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Daniel Doll Lemos.
- 26 set 2023, 13:59:04 Operador com email luan.dourado@grafeno.digital na Conta 5ebfae7f-c860-4e50-b4ab-c9826f3476d6 adicionou à Lista de Assinatura: rodrigo.castro@grafeno.digital para assinar como parte, via E-mail, com os pontos de autenticação: Certificado Digital; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Rodrigo Nascimento Castro e CPF 079.545.507-02.
- 26 set 2023, 13:59:04 Operador com email luan.dourado@grafeno.digital na Conta 5ebfae7f-c860-4e50-b4ab-c9826f3476d6 adicionou à Lista de Assinatura: roque.jr@spcbrasil.org.br para assinar como parte, via E-mail, com os pontos de autenticação: Certificado Digital; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Roque Pellizzaro Júnior e CPF 750.112.209-15.
- 26 set 2023, 14:00:42 Operador com email luan.dourado@grafeno.digital na Conta 5ebfae7f-c860-4e50-b4ab-c9826f3476d6 adicionou à Lista de Assinatura: silvio.signori@grafeno.digital para assinar como parte, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Silvio Luiz Signori e CPF 092.090.118-21.
- 26 set 2023, 14:02:49 Operador com email luan.dourado@grafeno.digital na Conta 5ebfae7f-c860-4e50-b4ab-c9826f3476d6 adicionou à Lista de Assinatura: marcelo.salles@spcbrasil.org.br para assinar como parte, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Marcelo Salles Barbosa e CPF 826.568.947-00.
- 27 set 2023, 14:58:51 Roque Pellizzaro Júnior assinou como parte. Pontos de autenticação: certificado digital, tipo A3 e-cpf. CPF informado: 750.112.209-15. IP: 200.146.120.42. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -27.5945668 e longitude -48.555481. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.613.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

- 03 out 2023, 13:45:47 Daniel Doll Lemos assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail daniel@singulare.com.br. CPF informado: 275.605.768-18. IP: 177.69.178.193. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.5515 e longitude -46.6343. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.618.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 03 out 2023, 15:09:01 André Luiz Pellizzaro assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail andre.luiz@alplaw.com.br. CPF informado: 802.738.239-49. IP: 177.85.114.77. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -27.286973414981045 e longitude -50.57683631973589. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.618.1 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 03 out 2023, 17:21:35 Marcelo Salles Barbosa assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail marcelo.salles@spcbrasil.org.br. CPF informado: 826.568.947-00. IP: 177.26.225.235. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.626477782511706 e longitude -46.65996486529203. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.618.1 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 04 out 2023, 11:07:39 Rodrigo Nascimento Castro assinou como parte. Pontos de autenticação: certificado digital, tipo A3 e-cpf. CPF informado: 079.545.507-02. IP: 177.26.80.73. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.0053276 e longitude -43.3240896. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.619.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 04 out 2023, 11:20:41 Silvio Luiz Signori assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail silvio.signori@grafeno.digital. CPF informado: 092.090.118-21. IP: 187.122.63.212. Componente de assinatura versão 1.619.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 04 out 2023, 11:20:41 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número f32e27e9-8a98-44d8-9448-b53178021bbf.

**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº f32e27e9-8a98-44d8-9448-b53178021bbf, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em [www.clicksign.com](http://www.clicksign.com).